

O tema do STF de número 63 trata sobre a Termo final de vigência do crédito prêmio do IPI instituído pelo Decreto-lei nº 1.537/68. O tema do STF de número 63 afirma que o crédito prêmio de IPI incentivo fiscal de natureza setorial instituído pelo art. 155, III, do Decreto-lei nº 1.537/68 deixou de vigorar em 1979 ante a ausência de sua confirmação por lei no prazo de dois anos após a publicação da Constituição de 1988 conforme definido no art. 170, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ADCT.